PAUTA
Reunião de RELTs do SINESP
11/11/2025

SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Reunião de Representantes dos Locais de Trabalho 11/Novembro/2025
Conecte-se ao SINESP: www.sinesp.org.br sinespsp (11) 3116-8400

A. Palestra

Plano Nacional de Educação - Com a Deputada Federal Profª Luciene Cavalcante.

B. Conjuntura

A recente aprovação da isenção de Imposto de Renda para salários até R$ 5 mil resultou da pressão popular e, por enquanto, destoa dos inúmeros ensaios de ataques e retrocessos que persistem no Congresso Nacional e exigem combate.

A PEC 38/2025, da reforma administrativa, direcionada a desmontar serviços públicos e carreiras, a Emenda 136 (antes PEC 66), que limita o pagamento de precatórios, a falta de regulamentação da Convenção 151 da OIT para ajustar as negociações coletivas e fortalecer a ação sindical, as brechas para a privatização das escolas públicas contidas no PL 2614/24, do plano Nacional de Educação (PNE 2024/2034), a resistência dos parlamentares para aprovar a taxação dos super-ricos são alguns exemplos de pautas que exigem a resistência popular para não serem aprovadas.

O Congresso Nacional hoje, devido a sua composição, é um forte reduto do centrão, da direita, da extrema direita, defensores dos interesses das corporações empresariais, dos bancos, do agronegócio, dos aplicadores do mercado financeiro. Isso exige ação firme e contínua de todos os órgãos sindicais e populares em Brasília para reverter os ataques aos direitos dos trabalhadores e do povo em geral.

Por isso o SINESP atua, de forma permanente, em frentes de luta contra esses retrocessos, em defesa da manutenção e ampliação de direitos trabalhistas, de melhores serviços públicos e condições de vida para a população, de desenvolvimento econômico e social para o país.

Exemplos recentes são as viagens a Brasília, em grupos e caravana com dirigentes, conselheiros e filiados, como na participação da Marcha Nacional contra a reforma administrativa, de 29/11, e na audiência pública de 14/10, e em tantos outros eventos, reuniões, audiências, sessões plenárias, ações de corpo a corpo e pressão sobre os parlamentares pelo encaminhamento de pautas da categoria e da classe trabalhadora.

Em todas as ocasiões, os representantes do SINESP divulgam as lutas da categoria no município de São Paulo. Denunciam e combatem as investidas do governo, que implementa medidas contidas na proposta de reforma administrativa apresentada na câmara dos deputados, com medidas privatistas e de desmonte das carreiras públicas.

Combatem as artimanhas do prefeito, que usa a câmara municipal para aprovar leis privatistas e pautas retrógradas. Que legisla por meio da SME para impor retrocesso, sucateamento, falta de condições de trabalho, pressão e enormes dificuldades para os gestores e demais educadores atenderem a população nas escolas da RME.

O caminho para defender a educação e os serviços públicos, avançar na inclusão e na justiça social, no desenvolvimento social e econômico é lutar pela aprovação de políticas públicas afirmativas.

As últimas pesquisas apontam que, hoje, a segurança pública voltou a ser a preocupação central dos brasileiros. Exaustos, carentes de alternativas, amplos setores da população aprovam absurdos como a ação policial promovida pelo governador do Rio de Janeiro, uma das mais letais da história do país, necropolítica que leva morte ao povo pobre das periferias e favelas da cidade com interesse puramente eleitoreiro abrindo espaço para outros atores ocuparem os espaços deixados pelos que foram mortos e presos.

De outro lado, está o esforço do governo federal para levar à sociedade a discussão sobre a segurança pública, para avançar em propostas e atitudes que sejam efetivas no combate ao crime organizado. A operação contra o PCC, que desmontou esquemas criminosos envolvendo organizações financeiras, empresas e executivos da Faria Lima mostra o caminho de combate sem mortes e a forma de chegar aos verdadeiros chefes, aos que movimentam o dinheiro, aos que fazem as armas e drogas chegarem nos morros.

Mas mesmo operações corretamente construídas não terão efeitos eficazes sem programas sociais de auxílio econômico e políticas públicas que combatam a desigualdade, promovam a inclusão econômica, incentivem a industrialização, o comércio, o consumo das famílias e o crescimento econômico com inserção social de todos, aproximação da escola e despertar do interesse pelo estudo e por um futuro melhor. A isenção do Imposto de Renda para a população de renda é um pequeno passo, que precisa ir muito além.

Nada muda sem políticas públicas afirmativas. Sem melhorias efetivas que percorram e fortaleçam todo o tecido social. E isso só vem com luta popular, em que o movimento sindical é parte determinante. O SINESP acredita que a luta muda a vida. Por isso atua incansavelmente para defender os interesses da categoria, dos

serviços públicos e da população.
Juntos, vamos avançar em 2026, impedir retrocessos privatistas na nossa cidade, melhorar as condições de trabalho e salariais, defender a educação pública e rever a composição das câmaras parlamentares estadual e federal, colocando representantes dos interesses e necessidades da maioria do povo.

C. SINESP em ação em Brasília

C1- Carteira Nacional docente

O governo federal disponibilizou cadastro para a Carteira Nacional Docente no site do Ministério da Educação e Cultura, MEC.
A criação e a emissão da carteira são ações positivas por representarem um reconhecimento do trabalho e do profissional docente. Mas nessa primeira etapa de implantação apresentou o problema de não possibilitar o acesso ao documento para os gestores educacionais.

O SINESP busca diálogo com o MEC para defender a extensão do direito à emissão da carteira aos gestores educacionais, que são professores por profissão.
A luta do SINESP é pelo reconhecimento dos profissionais da gestão escolar como integrantes da carreira do magistério, embora com competências e atribuições diferentes dos professores, com inquestionável acesso aos mesmos direitos, entre eles a aposentadoria especial.
Esse direito, em particular, já foi atacado no passado. Na segunda reforma nacional da previdência, a gestão ficou de fora porque o direito só atingia quem estivesse em efetivo exercício da docência em sala de aula. O SINESP desenvolveu uma grande luta no STF e em outras frentes e conseguiu retomar esse direito. Esse é um grande motivo para afastar qualquer possibilidade de que esse ataque volte.

C2- Perigos da PEC 169/2019, que possibilitao acúmulo de cargos

A Câmara dos Deputados aprovou, em 30/10, em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 169/2019, que autoriza professores da rede pública a acumular um cargo de magistério com outro de qualquer natureza no serviço público. A PEC agora segue para o Senado.

Essa possibilidade de trabalho em diferentes funções no serviço público tem inconvenientes que devem ser ressaltados.

O acúmulo sempre foi possibilitado para os profissionais da educação, por isso a mudança de legislação não traz conquista para a categoria. A luta sindical é pela valorização profissional e salarial dos servidores e ingresso por meio de concurso, não pelo acúmulo!

A proposta desconsidera a profissionalização docente e, assim, favorece a precarização da carreira. Entre os inconvenientes disso está o perigo de que profissionais de outras carreiras e profissões acumulem na educação.

Uma preocupação está na facilitação que essa liberação traria para a implantação das escolas cívico militares, com a contratação de profissionais de fora da carreira do magistério para atuarem na educação. Também traria facilidades para a terceirização da gestão escolar pretendida pelo governo de Ricardo Nunes. E se opõe à proposta de educação em tempo integral.

C3- Em defesa do concurso público para todos os cargos no Plano Nacional de Educação

O substitutivo do relator para o PL 2614/24, do Plano Nacional de Educação – PNE 2024/2034 – está em debate na Câmara dos Deputados e é importantíssimo por estabelecer as diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a educação brasileira na próxima década.

O texto traz retrocessos e exige luta para ser ajustado em temas vitais como o financiamento da educação, a política para a EJA, a privatização do ensino público e a defesa do concurso público.

O tema do concurso público preocupa por envolver ameaça ao cargo de diretor de escola, vindo da proposta de eleição que circula em alguns meios e pela intenção de terceirizar a gestão escolar, vista em governos como no município e no estado de São Paulo.

No substitutivo do relator, o perigo aparece no item 17º, que coloca a "seleção de diretores por critérios técnicos e consulta à comunidade escolar". Essa formulação se contrapõe ao inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, que estabelece o acesso aos cargos públicos exclusivamente por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, e ao artigo 67 da LDB, que prevê o mesmo para a educação pública.

Diante dessa situação, o SINESP busca interlocuções com o intuito de garantir mudança no texto e defender a manutenção do concurso como forma de prover o cargo de diretor. Também entregou Ofício nos gabinetes dos 513 deputados federais, marcando sua posição em defesa do concurso público.

No documento, o Sindicato ressalta a importância de assegurar a existência de um quadro de servidores concursados e estáveis, como consta na Constituição, independente do governo vigente, para garantir o dever do Estado de prestar os melhores serviços à população, como preconiza a Carta Magna.

E conclui defendendo e solicitando apoio para que o Plano Nacional de Educação garanta o provimento dos cargos de Gestores Educacionais por meio de concurso.

Para saber mais sobre a luta em torno do PNE utilize o QR-Code e veja textos no site do SINESP.

C4- Descongela

O PLP 143/2020, que tem apensado o PLP 21/23, de autoria da Deputada Federal Profª Luciene Cavalcante (PSOL/SP), foi aprovado em 26/08/2025 pela Câmara dos Deputados. Atualmente o projeto aguarda votação no Senado. O SINESP tem atuado para que esse projeto seja colocado em pauta.

No QR-Code ao lado você acessa o link para a consulta e os E-mails dos senadores, com uma proposta de texto para ser enviada solicitando a aprovação do PLP.

C5- Reforma administrativa e caravana à Brasília

A PEC 38/2025, também conhecida como Reforma Administrativa, está tramitando no Congresso Nacional a partir do texto apresentado por deputados do centrão e da extrema direita, com a justificativa falaciosa de tornar o serviço público mais ágil e moderno, e com o intuito real de caçar direitos adquiridos e instalar uma política meritocrática neoliberal no funcionalismo. É preciso combatê-la com todas as forças!

Use o QR-Code para ler sobre a luta do SINESP contra a reforma administrativa

O SINESP foi em caravana à Brasília com dirigentes, conselheiros e filiados para participar da Marcha Nacional do Serviço Público contra a reforma administrativa, no dia 29/10, junto com as centrais sindicais, sindicatos e organizações sociais. Antes, no dia 14/10, já estivera no Congresso, com dirigentes e conselheiros, participando de audiência pública e conversando com parlamentares sobre o tema.

No dia 6/11, a presidente do SINESP, Norma Lúcia Andrade, participou de reunião com o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República Guilherme Boulos, junto com representantes das Centrais Sindicais, da Deputada Profª Luciene Cavalcante e do Vereador Celso Gianazzi, para discutir ações relativas à PEC 38/2025. O ministro reiterou que o governo defende a estabilidade dos servidores públicos, entende que são essênciais e é contra o achatamento salarial da categoria.

Participe da consulta popular no site da Câmara e compartilhe

C6- SINESP defende o fortalecimento dos Sindicatos em audiência pública na câmara dos deputados

O SINESP participou na terça, 4 de novembro, da Audiência Pública sobre regulamentação da Negociação Coletiva no Serviço Público, realizada na Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) da Câmara dos Deputados.

O tema está no contexto da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho, OIT, que além das negociações coletivas regula temas importantes como a proteção da sindicalização e a garantia de liberdade de organização sindical para os servidores.

O SINESP destacou a importância do fortalecimento das entidades sindicais no país e alertou para propostas que circulam no congresso e buscam enfraquecer a legitimidade dos sindicatos de servidores públicos.

Ao relatar experiência no município de São Paulo, lembrou que o SINESP e a categoria enfrentaram em 2025 a primeira judicialização de uma greve em sua história. Foi um ataque antissindical ao direito de greve sem precedentes, piorado pelo fato de o prefeito ter enviado um projeto de lei à Câmara sem negociações de fato.

D. Avaliações externas

O SINESP repudia o processo desrespeitoso empregado pela SME e pelas DREs na aplicação das avaliações externas nas escolas da RME, com grande pressão sobre as unidades para garantir a participação dos estudantes. Os gestores educacionais foram fortemente pressionados, com responsabilização sobre o processo e sobrecarga ainda maior de trabalho. O SINESP questiona essas avaliações por serem provas padronizadas, focadas em uma matriz que não dá conta da diversidade existente nas UEs da Rede Municipal de Educação. Não consideram, por exemplo, as profundas diferenças socioeconômicas, os módulos incompletos, a falta de equipamentos, a dificuldade de muitas unidades em fazer busca ativa, entre outras problemas. Tais provas não podem ser referência para afirmar as necessidades

de cada escola, de cada comunidade, de cada território, muito menos de uma rede tão diversa quanto a paulistana.
O que se vê é um processo desrespeitoso, sobrecarga e pressão, interferência no cotidiano da escola, falta de diálogo com o caráter formativo e alfabetizador da escola. O foco dele está na validação da meritocracia, no ranquamento das escolas, na imposição de metas. O intuito é diferenciar escolas e atacar a categoria, começando pela gestão (como fez com o afastamento de 25 diretores e diretoras), com o objetivo de terceirizar/ privatizar.

E-Ato em defesa da escola público foi ADIADO e nova data será marcada

O ato marcado pelo SINESP para o dia 9/11 em frente ao MASP, na Avenida Paulista, para somar forças contra os ataques que a educação pública vem sofrendo e mostrar o quanto ela tem qualidade e é importante para a população, precisou ser adiado e uma nova data será ajustada! Esse obstáculo será superado e a comunidade educacional da RME realizará um grande ato, em data futura, em defesa da escola pública estatal em que o SINESP acredita e seguirá defendendo e lutando junto com toda a comunidade educacional! **O ATO FOI ADIADO, MAS A LUTA NÃO! PARTICIPE!**

F. Ação dos 81%

Após apresentação do acórdão que derrubou a data corte imposta pela prefeitura para o cadastro das 25,32%, conforme solicitado pelo SINESP, o jurídico do Sindicato entrou com embargos de declaração, uma solicitação para corrigir equívocos no texto. No acórdão foram inseridos critérios negativos para a categoria que contrariam a sentença. Esses equívocos permitem à prefeitura cadastrar apenas quem está na gestão atualmente, e abre a possibilidade de cálculo do precatório apenas durante o período em que a pessoa esteve na gestão, acarretando em grande prejuízo aos filiados dos lotes 3 e 4 que ainda não tiveram o cadastro do reajuste de 25,32%. Os desembargadores não acataram os embargos. Por isso o SINESP, por não aceitar esses critérios equivocados e para resgatar o entendimento que consta na sentença, vai recorrer em outras instâncias judiciais para correção do texto e defesa do cadastro da ação a todos os filiados que aderiram ao processo.

G- Liminar garante opção pela JEIF aos professores readaptados

Com a publicação da portaria SME nº 10.023 de 03/11/2025, a Secretaria Municipal de Educação introduziu novas regras que impediram os professores que se encontram em situação de readaptação funcional de realizar a opção pela jornada JEIF na tela do EOL.

A vedação imposta por SME gerou questionamentos sob a ótica da legalidade, da isonomia e da proteção ao servidor público readaptado. Este servidor não pode ser discriminado pela administração municipal, e nem ter seu direito a readaptação funcional e reinserção laboral violado.

Essa portaria, portanto, foi objeto de questionamentos jurídicos. Uma decisão liminar recompôs os direitos que garantem a harmonização entre readaptação funcional e as jornadas de trabalho no magistério municipal, ou seja, com liminar ganha no dia 06/11/2025, os professores readaptados poderão fazer sua opção por JEIF até dia 11/11/2025.

O SINESP mantém defesa integral ao direito dos seus filiados e luta junto aos readaptados.

H- Assembleia Geral Ordinária - 13/11/25

O SINESP convocou uma Assembleia Geral Ordinária para o dia 13 de novembro com a pauta "Prestação de contas do exercício de 2024". Ela será realizada às 18h30 em primeira convocação e 19h00 em segunda, com qualquer quórum.

I- Pesquisa para o Retrato da Rede 2025

O SINESP disponibilizará a pesquisa para compor o Retrato da Rede 2025 do dia 15/11 ao dia 15/12, em formato online, período em que ficará aberta à participação dos filiados.

Essa é a segunda edição desenvolvida em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos – DIEESE.

A pesquisa avalia a qualidade geral do Ensino Público Municipal de São Paulo por meio de indicadores (ISEM). Quanto maior a participação dos gestores educacionais, mais representativa fica a amostra.

Os dados da pesquisa fortalecem as reivindicações e lutas da categoria junto com o SINESP.